



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 70

QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO, EM 21 DE JUNHO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimento

– Nº 466, de 1994, de autoria do Senador Ronan Tito, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 20 a 24 de junho de 1994. Aprovado.

1.2.2 – Leitura de projeto

– Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que "altera dispositivos da Lei nº 7.713, de 22-12-89 e da Lei nº 8.134, de 27-12-90, que dispõem sobre o Imposto de Renda e dá outras providências".

1.2.3 – Apreciação de matéria

– Proposta de retificação encaminhada à Mesa pelo Senador Gerson Camata, Relator designado para emitir parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 222, de 1994, que, uma vez aprovada, resultou no Projeto de Resolução nº 54, de 1994. Aprovada.

1.2.4 – Comunicações da Presidência

– Recebimento do Ofício nº S/51, de 1994 (nº 2.276/94, na origem), do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994.

– Recebimento do Ofício nº S/52, de 1994 (nº 2.277/94, na origem), solicitando autorização para que a Prefeitura Municipal de São Paulo possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária da Prefeitura, vencível no 2º semestre de 1994.

– Recebimento do Ofício nº S/53, de 1994 (nº 2.279/94, na origem), solicitando autorização para que o Governo do Estado do Paraná possa contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de oitenta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões e cento e vinte mil cruzeiros reais, equivalentes a noventa e seis milhões de dólares americanos, em 30 de março de 1994, cujos re-

ursos serão destinados ao financiamento de parte do "Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná".

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder – Agradecimentos ao Ministro dos Transportes, Sr. Bayma Denis, pela atenção dispensada ao pleito de S. Exª no sentido de que seja prontamente restabelecida a linha ferroviária que atendia à população urbana de Recife.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Congratulações ao diplomata brasileiro João Clemente Baena Soares por seu desempenho à frente da OEA. Temas tratados na 24ª Assembléia Geral da OEA, recentemente realizada em Belém – PA.

SENADOR MAURO BENEVIDES, como Líder – Falecimento do Sr. José Pontes Neto, ilustre médico e homem público cearense.

SENADOR EDUARDO SUPlicy, como Líder – Cumprimentando as seleções brasileiras de basquete feminino e de futebol por suas recentes vitórias.

SENADOR AUREO MELLO – Homenagem póstuma ao poeta paraibano Miguel Jansen Filho.

SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens prestadas ao Sr. Miguel Jansen Filho.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES, como Líder – Reiterando sua preocupação com o Projeto de Transposição das Águas do rio São Francisco.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES – Defesa da inclusão de áreas secas do Estado do Piauí no Projeto de Transposição das Águas do São Francisco, em sua primeira etapa.

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder – Relatório do Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Luciano Brandão, sobre a aplicação dos recursos destinados à Educação, aponta o favorecimento do ensino superior em detrimento dos demais níveis de ensino.

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da doação dos originais do acervo político do ex-Senador e ex-Governador de Pernambuco, Sr. Etilvino Lins de Albuquerque, à Fundação Joaquim Nabuco.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
 LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
 Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS
 Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 800 exemplares

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 53, de 1994 (apresentando como conclusão do Parecer nº 161, de 1994, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno), que declara a perda do mandato do Senador Ronaldo Aragão. Apreciação em sessão secreta.

1.3.1 – Comunicações da Presidência

– Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

– Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 44ª Sessão, realizada em 16-5-94

3 – MESA DIRETORA

4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 68ª Sessão, em 21 de junho de 1994
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura
– EXTRAORDINÁRIA –
Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Antonio Mariz – Aureo Mello – Carlos De’Carli – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Henrique Cardoso – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Jônico Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaca – José Richa – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Raimundo Lira – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ruy Bacelar – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 466/94

Nos termos do artigo 43, inciso 1, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 20 a 24 de junho de 1994.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1994. Senador Ronan Tito

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O requerimento está devidamente instruído com atestado médico previsto no art. 43, inciso I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45 DE 1994.

Altera dispositivos da Lei nº 7.713, de 22-12-89, e da Lei nº 8.134, de 27-12-90, que dispõem sobre o Imposto de Renda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XX do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

XX – ajuda de custo, de natureza indenizatória, destinada a atender despesas com desinstalação, transporte frete, locomoção e instalação do beneficiado e respectiva família, em decorrência e por ocasião de sua remoção para prestar serviços em caráter permanente, em outro município, sujeita à comprovação pelo contribuinte.

....."

Art. 2º O inciso II do art. 16 da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.....

II – será devido sobre o valor integral da parcela paga no mês de sua quitação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Dispositivos integrantes da legislação tributária atinente ao Imposto de Renda-Pessoa Física (IRPF) têm sido freqüentemente motivo de divergência entre a administração fiscal e os contribuintes, pela simples razão de que não expressam claramente a vontade do legislador. Com efeito, não são poucos os erros de interpretação a dificultar o correto cumprimento da obrigação fiscal. Muitas vezes, a simples dificuldade de comunicação normativa leva o contribuinte, ainda que de boa-fé, a ser induzido a procedimentos equivocados que acabam por colocá-lo em situação de igualdade com o sonegador. Os resultados são deletérios sob todos os aspectos. Perde o erário pela frustração da receita, perde o contribuinte pela eventual cominação de penalidade e perde o conceito de confiabilidade e lealdade que deve reger as relações entre o Governo e o cidadão.

A própria administração tributária reconhece a imprecisão dos dispositivos, eis que, freqüentemente, é motivada a emitir pronunciamentos sob a forma de normas secundárias ou de pareceres normativos, com vistas à elucidação do entendimento, sob sua ótica, correto. É saudável e altamente elogiável a prática de tentar por todos os meios instruir os contribuintes, em atitude pró-ativa no marco de uma filosofia de que a prevenção é sempre preferível à mera repressão. Grande parte dos procedimentos passíveis de sanção decorrem da desinformação dos contribuintes. Entretanto, a situação verdadeiramente ideal é aquela em que a Lei seja tão clara e objetiva que dispense normas complementares de elucidação. Já é bastante pesada para os cidadãos a presunção de conhecimento da lei, para que se lhes acrescente também o ônus da presunção de clarividência ou de conhecimento de atos normativos de hierarquia inferior, de circulação normalmente restrita entre os especialistas. A eficácia da lei deve decorrer, antes de tudo, de sua correta compreensão e integral aceitação pelos administrados, para o que é essencial a capacidade de explicitação na redação legislativa. Todo o cuidado é pouco na busca desse desiderato. Valem as palavras de ORTEGA Y GASSET: "A gente nunca sabe quando disse, realmente, o que pretendia dizer. Porque dizer é aspirar a ser entendido, e isto já não depende só da gente, senão também do próximo." (Apud Processo Legislativo, Rubem Nogueira, in Rev. Inf. Legislativa a. 23 nº 89).

Ainda recentemente, por exemplo, vem de ser editado o Parecer Normativo nº 1, de 17 de março de 1994, pela Secretaria da Receita Federal, repisando e reforçando o entendimento já fixado em outro Parecer Normativo de 1978 (PN CST nº 36/78), acerca de isenção do Imposto de Renda para os rendimentos representados por ajuda de custo paga na remoção de um município para outro. O simples fato de que o órgão técnico deva, de tempos em tempos, vir a público externar seu entendimento sobre o co-

mando legal já está a indicar, primeiro, que ele não é suficientemente claro e, segundo que os contribuintes estão tendo dificuldades ou divergências quanto a esse entendimento. Razão mais que suficiente para a reformulação do texto legal.

A propositura visa aclarar dois tópicos da legislação pertinente ao Imposto de Renda incidente sobre rendimentos da pessoa física: o primeiro diz respeito à já mencionada isenção para os recibimentos a título de ajuda de custo, e o segundo, à incidência sobre o décimo terceiro salário.

Quanto ao primeiro caso, diz o dispositivo da Lei nº 7.713, de 1989, cuja reformulação é proposta:

"Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

.....

XX – ajuda de custo destinada a atender despesas com transporte, frete e locomoção de beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação pelo contribuinte."

A nova redação proposta:

1) declara e fixa, sem qualquer sombra de dúvida, o caráter **indenizatório** do rendimento objeto da isenção. Este é um ponto conceitual importante para a delimitação do benefício, não explicitado na legislação atual. Em consequência, muitos contribuintes são levados à divergência com o órgão administrativo, quando confrontados com situações em que, não obstante a terminologia de "ajuda de custo", é configurada a retribuição por serviços, parcial ou totalmente. Em contrapartida, o aclaramento vem ao encontro do princípio geral já observado na legislação do imposto, segundo o qual as indenizações escapam ao conceito de rendimento tributável. No caso, tem-se um rendimento auferido pelo assalariado, ainda que em razão de relação de emprego, porém não propriamente da prestação de serviços, mas do resarcimento de despesas extraordinárias a que é forçado para poder continuar, em outro município, a desempenhar seu trabalho;

2) inclui entre as finalidades da ajuda de custo as despesas com **desinstalação** e **instalação** do assalariado no antigo e no novo domicílio. Com efeito, são despesas típicas, obrigatórias e decorrentes da remoção. Não há o menor sentido em reconhecer como legítimo para isenção o resarcimento das despesas de deslocamento (transporte, frete e locomoção) e ignorar essas que, sobre serem inerentes (e inevitáveis) à remoção, são não raro bastante significativas, tanto ou quanto as do deslocamento. Incluem-se aí despesas tais como reparos e adaptações no imóvel alugado para devolução, na antiga e para ocupação, na nova sede; indenizações e depósitos contratuais típicos da lei de inquilinato; decoração e adaptação de móveis e eletrodomésticos; desligamento e ligação de serviços públicos como luz, telefone etc; matrícula e aquisição de uniformes e de material escolar para os dependentes;

3) aclara o **nexo causal** entre o rendimento e a remoção, assim como o caráter de **eventualidade** do rendimento, como condição para o benefício. A legislação atual abre margem a dúvidas, por exemplo, se, em virtude da remoção, pode ser agregado à retribuição do beneficiado parcela permanente de ajuda de custo isenta do imposto. A nova redação vem fixar claramente que a isenção alcança os rendimentos pagos em **decorrência e apenas por ocasião do evento**;

4) finalmente, fixa a condição de que a remoção tenha caráter de definitividade, isto é, que o beneficiado haja sido destacado para prestar serviços em nova sede com ânimo de permanência. Em que pese ao nível de subjetividade implícito na formulação, a restrição é necessária para prevenir tentativas de evasão fiscal pelo pagamento de rendimentos de trabalho por remoção simulada.

Quanto ao segundo caso, trata-se de eliminar fonte de desentendimento hoje existente em torno da taxação do décimo terceiro salário. A legislação específica desse instituto determina seu pagamento em duas parcelas ao longo do ano, de tal sorte que, para os efeitos da norma tributária, acontecem dois fatos geradores distintos: segundo o artigo 39 do Regulamento do Imposto de Renda (Dec. nº 1.041/94), "os rendimentos serão tributados no mês em que forem recebidos..." A redação atual do inciso II do art. 16 da Lei nº 8.134/90 estabelece, não obstante, que o imposto, no caso de décimo terceiro salário, "será devido, sobre o valor integral, no mês de sua quitação", gerando dúvida razoável acerca de qual seria esse "valor integral", visto que, a rigor, no mês da quitação somente está ocorrendo o fato gerador de metade do benefício.

A redação ora proposta pretende dirimir a controvérsia definindo claramente que a incidência do imposto se dará sobre o valor integral da parcela paga no mês da quitação. Além de eliminar fonte de atrito fisco/contribuinte, a nova redação representa também pequena redução na incidência sobre o décimo terceiro salário, reforçando o seu caráter social.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1994. – Senador Júlio Campos

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XX – ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte.

LEI Nº 8.134, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Art. 16. O Imposto de Renda previsto no art. 26 da Lei nº 7.713, de 1988, incidente sobre o décimo terceiro salário (art. 7º, VIII, da Constituição), será calculado de acordo com as seguintes normas:

II – será devido, sobre o valor integral, no mês de sua quitação;

(À Comissão de Assuntos Econômicos – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

O nobre Senador Gerson Camata, Relator designado para emitir parecer em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 222, de 1994, que, uma vez aprovada, resultou no Projeto de Resolução nº 54, de 1994, encaminhou à Mesa proposta de retificação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Solicitação de Retificação

Senhor Presidente,
na qualidade de relator designado, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, para proferir parecer sobre a Mensa-

gem nº 222/94 (439/94, na origem), propondo operação de crédito do Governo do Espírito Santo junto ao BIRD, no valor de até US\$ 154,000,000.00, solicito a retificação do Projeto de Resolução nº 54, de 1994, pelo qual conclui meu parecer, por motivo de flagrante erro datilográfico no original, na forma seguinte:

– no art. 2º, alínea "c", do Projeto, onde se lê "0,7% a.a.", leia-se "0,75% a.a.".

Sala das Sessões, 21 de junho de 1994. – Senador Gerson Camata, Relator

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Em votação a retificação solicitada.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as providências necessárias à retificação aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/51, de 1994 (nº 2.276/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorização para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/52, de 1994 (nº 2.277/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorização para que a Prefeitura Municipal de São Paulo possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária da Prefeitura, vencível no 2º semestre de 1994.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/53, de 1994 (nº 2.279/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorização para que o Governo do Estado do Paraná possa contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de oitenta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões e cento e vinte mil cruzeiros reais, equivalentes a noventa e seis milhões de dólares americanos, em 30 de março de 1994, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do "Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná".

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, como Líder, peço a palavra para um breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN-PE. Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trago, para conhecimento deste Plenário, dois ofícios.

O primeiro, dirigido ao General de Exército Rubens Bayma Denys, Ministro de Estado dos Transportes, com a seguinte redação:

Como Senador de Pernambuco, muito me preocupo com o problema da população urbana de meu Estado, principalmente com o dia-a-dia de seu trabalho fora de suas cidades, como acontece na Cidade de Moreno, da

qual fui Prefeito 2 (duas) vezes, e na Cidade de Vitória de Santo Antão.

Nesses dois municípios, conforme se depreende dos ofícios anexos, assinados pelos respectivos Prefeitos, havia um trem que transportava para Recife seus operários e estudantes, deixando de circular em 24/06/91.

Assim sendo, solicito sua especial atenção no sentido de viabilizar, o mais rápido possível, o restabelecimento dessa linha de trem, que irá beneficiar toda a população da Zona Sul do Recife, inclusive outros municípios como o de Ribeirão.

Certo de contar com a prestimosa atenção de V.

Ex^a a esse importante pleito, aproveito a oportunidade para lhe apresentar protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Ney Maranhão.

O segundo, Sr. Presidente, recebi no dia 16 de junho. Trata-se de ofício do Ministério dos Transportes em resposta ao meu. Diz o ofício:

Sr. Senador,

De ordem do Sr. Ministro dos Transportes, reporto-me à correspondência de V. Ex^a, solicitando atenção no sentido de viabilizar o transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Recife, Moreno e Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco.

Sobre o assunto, informo ao ilustre Senador, após consulta à Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, que, em 1º de janeiro de 1988, foram transferidos da RFFSA para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, todos os trens de passageiros que atendiam às regiões metropolitanas do Nordeste.

No caso específico do trajeto Recife-Vitória de Santo Antão, o Sr. Ministro determinou o estudo sobre a possibilidade de se estender o trem de passageiros para esse trecho.

Atenciosamente – Fernando da Graça Lemos, Chefe do Gabinete do Ministro.

Sr. Presidente, quero agradecer ao Ministro dos Transportes por esse pleito, com o qual a comunidade se beneficiou até 1988, ou seja, o trecho Recife-Ribeirão, passando pela cidade industrial do Cabo, já foi restabelecido no que se refere ao transporte ferroviário.

Tenho absoluta certeza de que o Ministro Bayma Denys irá atender a esse segundo pleito, que é uma questão de justiça, principalmente para as populações dessas cidades, onde o desemprego grassa e os cidadãos procuram trabalho em Recife.

V. Ex^a sabe, como todos nós, que hoje o transporte rodoviário representa um ônus para o bolso do povo, principalmente para o do assalariado.

Assim sendo, Sr. Presidente, peço a transcrição deste documento e tenho a certeza de que, o mais brevemente possível, o Ministro Bayma Denys irá autorizar novamente a circulação deste trem, que vai beneficiar um grande contingente da população urbana da cidade do Recife.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer hoje um breve registro para ressaltar a admirável atuação do diplomata brasileiro, de um diplomata brasileiro no cenário internacional, especialmente no âmbito das Américas, contri-

bundo, de forma relevante, para o fortalecimento do sistema de cooperação internacional.

Falo, Sr. Presidente, sobre o desempenho do Embaixador João Clemente Baena Soares, promovido em 1976, e que, antes da sua missão como Secretário da OEA, em Washington, exerceu funções na embaixada do Brasil em Portugal, na Itália e na ONU.

A 24ª Assembléia-Geral da OEA, aberta pelo Presidente Itamar Franco, no dia 6 de junho corrente, em Belém, terra natal do Embaixador Baena Soares, foi encerrada no último dia 10, quando os 34 chanceleres presentes à referida reunião votaram uma moção de aplauso ao ilustre Embaixador brasileiro, pelo seu extraordinário desempenho à frente da instituição, onde deu uma tônica especial ao fortalecimento das democracias americanas, à defesa dos direitos humanos e à justiça social, promovendo a cooperação entre os diversos países membros e o combate à pobreza e à miséria.

Durante esta reunião, Sr. Presidente, em que mereceram destaque temas relacionados com a reflexão sobre a pobreza do hemisfério, a distância cada vez maior entre os países pobres e os países ricos, o estado de miséria e de indigência de grandes contingentes populacionais e o efeito do crescimento da dívida externa dos países americanos, gerando enormes dificuldades de promover o desenvolvimento social e econômico nos seus territórios, lançou-se fundamentos para uma outra reunião já convocada com a denominação de cúpula das Américas para a qual serão convocados todos os chefes de Estado e de Governo dos países membros, evento que ocorrerá em Washington, no final do ano, com a participação também do Presidente dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, a atuação do Embaixador João Clemente Baena Soares, nestes dez anos que reside em Washington e dirige a OEA, merece também o nosso aplauso pelos serviços inestimáveis que tem prestado ao fortalecimento do sistema interamericano, representado pela OEA, também pelo fato de ser um ilustre brasileiro que muito tem projetado o nome do Brasil no Exterior, e pelas atenções que me dispensou, quando lá estive, o que muito me sensibilizou.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do artigo publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 29.05.94, intitulado "Homenagem a Baena".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Jornal do Brasil – Domingo, 29-5-94 HOMENAGEM A BAENA

Antônio José Soares

Belém – A Organização dos Estados Americanos (OEA) realizará sua 24ª assembléia geral nesta capital como homenagem ao embaixador João Clemente Baena Soares, que nasceu em Belém e deixará o cargo de secretário-geral da instituição, após dois mandatos consecutivos, de cinco anos cada. A assembléia da OEA é sempre realizada em Washington ou em uma das cidades dos estados-membros. Baena Soares decidiu trazê-la para Belém para poder se despedir do cargo de secretário-geral em sua terra natal. Nos últimos quatro anos, a assembléia foi realizada em Assunção (Paraguai), Santiago (Chile) Nassau (Bahamas) e Manágua (Nicarágua).

Baena Soares, em seu último relatório anual como secretário-geral, vai ressaltar que nenhuma outra organização supera a OEA em termos de compromissos com a democracia, e que o em-

penho para garantir a paz no continente americano e estimular ações de cooperação entre os estados-membros encontra na difícil situação econômica e na deterioração das condições sociais seus maiores obstáculos ao progresso democrático. Baena Soares enfatizará também, no tocante à economia, o avanço da integração regional entre a América Latina e Caribe e o início do tratado de livre comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá, além da conclusão da Rodada Uruguai no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), cujas negociações levaram sete anos.

Falará também sobre o modesto crescimento econômico (3%) da região e alertará para o fato de que a metade da população latino-americana está vivendo em estado de pobreza. Ele vai declarar que as decisões tomadas no México, em fevereiro passado, conduzem a OEA a uma nova era, marcada pelo desenvolvimento integral e combate à pobreza extrema.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu, às primeiras horas da manhã de hoje, na cidade de Quixeramobim, o Dr. José Pontes Neto, uma das personalidades mais expressivas da sociedade cearense e da classe médica, em geral, por seu elevado espírito de benemerência e de solidariedade humana.

O Dr. Pontes Neto era um homem que levava às atividades de natureza prática as idéias humanitárias que defendia, pois foi um seguidor, durante muitos anos, do socialismo, integrando, na primeira linha, os movimentos reivindicatórios, sobretudo em favor das classes menos favorecidas. Logo após a saída de Luís Carlos Prestes das fileiras do partido a que dedicou quase toda a sua vida, ele também se afastou, falecendo, agora, na tradicional cidade em que vivia, vítima de problemas neurológicos.

Deputado estadual em mais de uma legislatura, destacou-se na Assembléia Legislativa do Estado por sua extraordinária capacidade dialética, sendo ainda hoje relembrados, com admiração, os seus torneios oratórios, contestados pela inteligência ágil e lúcida de Parsifal Barroso, líder marxista do Ceará, em momentos empolgantes no campo da retórica.

Constituinte em 1947, foi um homem público de grandes méritos intelectuais e morais, pugnando sempre por uma renovação geral do pensamento político do Brasil, tendo por base, evidentemente, as suas convicções marxistas.

No Governo do Presidente João Goulart, chegou a exercer a superintendência da reforma agrária no Ceará e apresentou diretrizes e planos visando uma viabilização mais ampla dos postulados dessa causa de grande importância social, caracterizada, em nosso País, por inúmeros conflitos, controvérsias e contradições.

O traço, porém, que mais se evidenciou na figura ilustre do Dr. Pontes Neto, de cuja amizade privei, mesmo em áreas políticas diferentes, foi o seu acendrado ideal de fraternidade, que demonstrou, de forma cabal e irretorquível, no desempenho de seu trabalho como cirurgião e clínico dos mais competentes. Nesse sentido, estimulou, por todos os meios, a criação do Hospital Regional de Quixeramobim, a que também dei todo o meu apoio, prestando inestimáveis benefícios às populações pobres, numa região heróica e sofrida, onde o problema da fome é uma constante inelutável a desafiar providências definitivas do Poder Público. Ali, em pleno seráfico central, Pontes Neto realizou verdadeiros milagres, no atendimento gratuito a quantos dele necessitassem. Jamais faltou aos seus deveres e foi sempre, em todos os instantes, um defensor dos oprimidos, dedicando-se ao seu ofício sem visar recompensas financeiras.

Seu falecimento, portanto, entristece a família cearense e abre, realmente, uma lamentável lacuna no campo assistencial do meu estado, que lhe será eternamente grato por tudo o que ele fez em favor dos carentes e dos humildes, mantendo, como uma chama viva, o solene juramento de Hipócrates.

Honra lhe seja, pois. O Ceará perdeu hoje um dos seus grandes filhos. E que seus exemplos frutifiquem, por toda a região nordestina, em prol das comunidades mais desassistidas, que conservarão o seu nome em verdadeiro preito de gratidão.

O Sr. Marco Maciel – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Ouço V. Ex^a, nobre Líder.

O Sr. Marco Maciel – Senador Mauro Benevides, desejo, em rápidas palavras, em meu nome e em nome da Liderança do meu Partido, o PFL, solidarizar-me com V. Ex^a pelas suas palavras relativas ao passamento do Dr. Pontes. Quero solicitar a V. Ex^a que transmita à família do ilustre falecido a expressão dos nossos sentimentos e o reconhecimento pelo muito que ele realizou pelo seu povo e pela comunidade cearense de um modo geral.

O SR. MAURO BENEVIDES – Farei chegar à família Pontes, nobre Líder Marco Maciel, a manifestação de V. Ex^a e da sua Bancada. Permita-me lembrar a V. Ex^a e aos demais Colegas desta Casa que o Dr. Pontes Neto era irmão do ex-Senador Ozires Pontes, que, quando Deputado, foi colega de V. Ex^a na outra Casa do Congresso Nacional.

Tive o privilégio de conviver durante três legislaturas com o Dr. José Pontes Neto que, como eu, foi Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará. Durante todo o tempo, sua atuação foi marcante; homem de esquerda que sempre foi, defendeu postulados ideológicos que considerava os melhores para o mundo e para o País. E sempre o fez com a maior dignidade, merecendo, portanto, o respeito e a admiração de todos os cearenses.

José Pontes Neto foi, sem dúvida, um homem dos mais dignos; durante toda a sua existência, prestou os mais relevantes serviços ao povo do Ceará.

Era essa, Sr. Presidente, a homenagem que eu desejava tributar ao eminentíssimo coestaduano, desaparecido às primeiras horas de hoje. S. Ex^a foi Deputado Estadual em várias legislaturas, Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará e foi sobretudo médico humanitário, sempre disposto a assistir as classes menos favorecidas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a examinasse a possibilidade de conceder-me a palavra posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a falará em outra oportunidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de saudar o extraordinário feito da Seleção Brasileira de Basquetebol feminina, que se sagrou campeã mundial ao derrotar os Estados Unidos e a China, em memorável partida semana passada. Às colegas de Hortência e de Paula, a todos os membros da equipe, os nossos parabéns.

Saudo também a Seleção Brasileira de Futebol, que estreou tão bem no campeonato mundial de futebol, nos Estados Unidos, a partir do desempenho notável de alguns jogadores, como Romário e Raí, e de todos aqueles que participaram da Seleção.

O esporte, para nós, é algo de extraordinária importância. A prova disso é a forma como o Brasil inteiro acompanhou o jogo da Seleção na tarde de ontem. Praticamente em todas as cidades, em todos os lares brasileiros, em todas as praças públicas onde havia algum "telão" ou algum aparelho de televisão, as energias de todos os brasileiros, o coração, a alma, a mente, tudo estava voltado para o jogo, no Estádio de Stanford, em Palo Alto, Califórnia, nos Estados Unidos.

É interessante observar que o futebol, esporte preferido dos brasileiros, é um jogo de equipe, onde o entrosamento entre os jogadores é essencial.

Evidentemente, o destaque de um goleador como Romário, de um capitão como Raí é importante, mas não fosse o trabalho de toda a equipe, inclusive da área técnica, não teríamos desempenho tão significativo quanto aquele que fez o País vibrar.

O Sr. Mauro Benevides – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Eduardo Suplicy, no momento em que V. Ex^a saúda a Seleção Brasileira de Futebol pela extraordinária vitória ontem alcançada contra o time da Rússia, desejo associar-me à homenagem que V. Ex^a presta aos nossos representantes no Campeonato Mundial de Futebol e fazer votos no sentido de que o êxito de ontem seja reprisado nos compromissos posteriores.

O SR. EDUARDO SUPILCY – São também estes os votos, Senador Mauro Benevides, que transmitem aos jogadores. Tenho certeza de que esta é a convicção de todo o Senado, a convicção de todos os brasileiros.

Que possam os companheiros de Romário, de Raí, de Bebeto elevar sobremodo o nome do Brasil, competindo no melhor espírito esportivo, que normalmente caracteriza competições como o Campeonato Mundial de Futebol ou os Jogos Olímpicos.

Os exemplos que a cada momento assistimos nos gramados do Campeonato Mundial de Futebol acabam repercutindo sobre toda a Humanidade, porque sabemos que não apenas nos Estados Unidos, mas em toda a América Latina, na África, na Ásia, no Oriente Médio, na Europa, por toda parte os olhos e os ouvidos da Humanidade estão voltados para os jogos nos Estados Unidos.

Assim foi também o exemplo de Camarões. Com a sua forma alegre de jogar, a forma de dançar após marcar um gol, a forma risonha com que se porta o goleiro de Camarões, tudo isso constitui extraordinária riqueza, que denota a possibilidade de os povos se entenderem de maneira pacífica, ao invés de estarem participando de guerras, de conflitos que, em outras oportunidades, infelizmente acontecem na História da Humanidade.

O Sr. José Richa – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. José Richa – Associo-me a V. Ex^a quando manifesta a satisfação pelo duplo fato, dignamente comemorado: o título de Campeão Mundial de Basquete, conseguido pelas nossas jogadoras, comandadas por Hortência e Paula, e a vitória do Brasil no primeiro jogo da Copa do Mundo. Ao mesmo tempo em que me associo à homenagem que V. Ex^a presta aos nossos atletas, chamo a atenção para um fato: o Brasil ganhou o título mundial de basquete e houve discreta comemoração; ganha uma partida de futebol e houve aquele escândalo que vimos ontem. Parecia até se tratar de comemoração pela conquista do campeonato mundial. Isso, nobre Senador, deve-se, em parte, à preferência do povo brasileiro pelo futebol. Inegavelmente é o futebol o esporte da preferência nacional, mas o basquete e o vôlei também têm destaque, pois há um contingente bastante expressivo de brasileiros que

acompanham campeonatos desses esportes, inclusive de outros países. Isso significa que também há, por parte dos brasileiros, uma satisfação muito grande em ver. Por que essa diferença grandiosa na comemoração? Aí é que vem o poder das redes de televisão no Brasil! Por um lado, porque elas batem no sentimento nacional; por outro, porque, exacerbando o entusiasmo da população nos jogos de futebol, fatura-se mais nos comerciais. Eu gostaria de chamar atenção para este fato, evidentemente reconhecendo a importância dos meios de comunicação. Penso que essas redes de televisão deveriam também, em igual intensidade, motivar a nossa população para outras coisas igualmente importantes, às vezes mais importantes até do que o próprio futebol. Estou levantando esta questão não apenas para a nossa meditação, mas também para a meditação de toda a população brasileira. Reconheço que em alguns pontos o poder da televisão é muito grande, no que diz respeito à mobilização popular, e que tem havido esse contraste. Mas, às vezes, para questões até mais importantes, há disponibilidade de os meios de comunicação exacerbarem o entusiasmo, o patriotismo e vontade nacionais, fazendo dessas reflexões algo que possa levar os nossos meios de comunicação a atuar também, e igualmente, em outras questões importantes. Por exemplo: a eleição deste ano, fato bastante importante, que não tem o mesmo espaço concedido e nem a mesma motivação despertada na população, como se vê na questão do futebol. É claro que há uma motivação – como disse – muito grande pelo futebol, mas há também um pouco, ou muito, de interesse comercial. É lamentável que isso aconteça de forma até distorcida como temos percebido nesses últimos dias.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Prezado Senador José Richa, V. Ex^a há de convir que, em média, todos nós brasileiros chutamos muito mais a bola desde que nascermos do que a jogamos ao cesto ou no jogo de voleibol. Isso acontece, creio, com a maioria dos brasileiros. E, como V. Ex^a ressaltou, é quase natural que haja, por parte dos meios de comunicação, uma cobertura maior por um esporte que quase todos os brasileiros, especialmente os homens, amamos demais e jogamos. V. Ex^a tem razão quando diz como seria conveniente se toda essa energia positiva, liberada por nós em favor do futebol, fosse também dirigida para outros problemas tais como atacar a inflação; fazer com que haja, de fato, formas de realizarmos o que parece quase uma mágica para os brasileiros, ou seja, a retomada do crescimento com a melhoria da distribuição da renda, acabando com a miséria e a inflação. Então, seria muito importante que pudéssemos canalizar essa energia tão positiva que o povo brasileiro dirige para o futebol em favor da execução de metas tão importantes, e que hoje constituem no principal objeto das plataformas dos candidatos à Presidência da República.

O Sr. Jutahy Magalhães – Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Concedo um aparte a V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a aborda o tema da Copa do Mundo de 1994, que é o tema do dia. E, assim como o Senador José Richa, também preocupo-me em dar uma ênfase maior à conquista das jogadoras brasileiras, que conseguiram, pela primeira vez, chegar ao título mundial de basquetebol. Isso passou quase que despercebido. Neste momento, tanto V. Ex^a quanto o Senador José Richa estão demonstrando o poder da mídia em fatos como esses. Gostaria de também prestar minha homenagem ao grande empresário e locutor desportista Luciano do Valle, que dá atenção especial a antigos esportes amadores, e que hoje já não o são mais, como o voleibol e o basquetebol, graças às transmissões da Rede Bandeirantes, através da qual tivemos conhecimento desses esportes. Por isso, acho que o Sr. Lu-

ciano do Valle também merece uma parcela desses aplausos neste momento em que o Brasil conquista o campeonato mundial de basquetebol. Evidentemente que não temos a mesma repercussão e intensidade no basquetebol que a mídia dá ao futebol, quando emissoras importantes transmitem em cadeia jogos de futebol – e isso elas não fazem nos outros esportes. Então, acho que o Governo Federal poderia dar o exemplo, reconhecendo o valor dessas moças que trouxeram um pouco de alegria ao povo brasileiro através da conquista do Campeonato Mundial de Basquetebol, dando-lhes também medalhas. Temos no Brasil, acredito eu, a Medalha do Mérito Esportivo – se não me engano existe essa medalha. E por que não dar essa medalha em reconhecimento ao trabalho que essas moças fizeram para a conquista do campeonato mundial? Acho que elas merecem esse reconhecimento, por parte do Governo, do seu trabalho, do seu esforço, da sua dedicação e do seu amor à camisa. Apenas duas se sobressaem, mas foi uma equipe que trabalhou em conjunto. E as duas fizeram questão de dizer, no momento em que o Brasil conseguiu fazer uma boa equipe de basquetebol, que o time não deveria jogar apenas em decorrência das duas; por isso conseguimos chegar lá. E é isso que esperamos, hoje, no futebol. Concluo felicitando V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, sugerindo ao Governo brasileiro que reconheça o esforço dessas moças que conquistaram o Campeonato Mundial de Basquetebol.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A sugestão de V. Ex^a é pertinente, Senador Jutahy Magalhães. Inclusive avalio que o Executivo deva estar pensando nesta justa homenagem às companheiras de Hortência e de Paula, lembrando, todavia, que, há cerca de um mês, a jogadora Hortência foi contemplada com a Medalha de Mérito do Rio Branco, que o Itamaraty concede àquelas pessoas que, em qualquer campo, tenham se destacado.

Sr. Presidente, gostaria de informar a V. Ex^a que na semana passada – e muito raramente faço isso – ausentei-me dos trabalhos da Casa nos dias 15, 16 e 17 para acompanhar a caravana da cidadania no meu estado. A caravana foi iniciada em Barretos, estando presentes: Luís Inácio Lula da Silva, candidato a Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores; o Deputado José Dirceu, candidato a Governador; a ex-Prefeita Luíza Erundina de Souza, candidata a Senadora; o ex-Prefeito de Piracicaba, João Hermann, que foi Deputado Federal e hoje é candidato ao Senado pelo PPS; contamos também com Parlamentares e com a presença de inúmeras pessoas da frente Brasil pela cidadania. Todos estivemos na região da "alta paulista", passando pelos Municípios de Bebedouro, Catanduva, Rio Preto, Fernandópolis, Jales, Santa Fé do Sul, Ilha Solteira, Andradina, Dracena, Presidente Venceslau e visita ao assentamento de Santa Clara, perto do Município de Presidente Venceslau. Depois fomos para Presidente Prudente, onde houve o ato de encerramento da caravana.

Em todos esses municípios houve concentração de trabalhadores, de produtores rurais locais, de empresários, sobretudo, agroindustriais ligados ao arroz, à laranja, à cana-de-açúcar, ao café, à pecuária e à uva. Os temas desses diálogos giraram, principalmente, em torno de preocupações de como criar melhores oportunidades de emprego; como associar a tecnologia à preservação do meio ambiente e à criação de emprego; como fazer para que a sociedade brasileira crie instituições onde trabalhadores e empresários possam trocar idéias e venham a se sentir mais ouvidos entre eles mesmos e em relação ao próprio Governo, em todos os níveis.

Houve também a preocupação com respeito à forma de construir a melhor matriz energética brasileira que leve em conta, de um lado, a preservação do meio ambiente e, de outro, o aproveitamento melhor possível de nossas riquezas energéticas, seja

através de nossos rios, seja através da cana-de-açúcar, do petróleo, da energia solar, ou da melhor combinação.

Foram discutidas as políticas agrícolas e agroindustriais adequadas, sempre com a preocupação da melhor geração de empregos, sobretudo nas pequenas e médias cidades.

O candidato do Partido dos Trabalhadores, da Frente Brasil pela Cidadania, encontra-se hoje na África do Sul, onde tem audiência com o Presidente Nelson Mandela, de lá irá, em seguida, visitar a República Federal da Alemanha.

Tenho observado que mais e mais o povo começa a prestar atenção nas propostas apresentadas pelos diversos candidatos à Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs^s e Srs. Senadores, acredito que quase todas as pessoas que fazem parte do nosso plenário e até das galerias tiveram o prazer e a honra de conhecer a figura sem par do poeta Miguel Jansen Filho.

Paraibano, natural de Monteiro, nascido em 1925, era um dos raros, talvez o último grande improvisador eruditíssimo que havia em nosso País. Sim, porque ainda existe o Governador Ronaldo Cunha Lima, que é o último abencerrage, o último remanescente dos poetas improvisadores eruditos.

Primeiro se foi a figura magnífica de Rogaciano Leite, que iluminou as terras do Ceará, de São Paulo, do Amazonas, do Brasil com a sua capacidade de improvisar, que chegava a nos deixar perplexos dentro de uma cultura verdadeiramente excepcional. Depois veio a figura de Euríclides Formiga que, se não me engano, chegou a ser professor em educandários de Brasília. Também Euríclides, como Jansen Filho, foi paraibano e morreu prematuramente há muitos anos em São Paulo.

Formiga, que improvisava e tinha umas peculiaridades na sua improvisação, como aquela famosa missa que ele dizia que teria sido rezada por um locutor de futebol e que causava uma hilaridade profunda, Formiga tinha o dom de inverter um soneto e dizê-lo de trás para diante, palavra por palavra, uma coisa verdadeiramente miraculosa.

O Sr. Mauro Benevides – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Aureo Mello, ao lembrar V. Ex^a, com o brilho habitual, as figuras de Jansen Filho e de Formiga, faz muito bem em incluir, neste mesmo rol de grandes poetas improvisadores, o grande Rogaciano Leite, homem que pontificava realmente pelo seu brilho, pela sua criatividade, pela sua inteligência verdadeiramente fulgurante. No Ceará, tive o privilégio de conviver, de perto, com Rogaciano Leite, contemporâneo que fui dele na Faculdade de Letras da Universidade do Ceará, e posso dizer que foi um dos mais brilhantes talentos que tive o prazer de com ele conviver ao longo do tempo. No instante em que V. Ex^a homenageia Jansen Filho, agora desaparecido, associa a essa homenagem também a figura de Rogaciano Leite. Mercede, portanto, a nossa admiração, o nosso respeito, o nosso reconhecimento e o testemunho de que prestaram inestimáveis serviços à cultura do País.

O SR. AUREO MELLO – Muito obrigado, Senador Mauro Benevides.

V. Ex^a ressalta bem o nome do Rogaciano, que inclusive é autor de letras de músicas imortais, como as que falam dos "cabelos brancos", cantadas pelo Silvio Caldas, e era um improvisador de surpreender, deixava a pessoa verdadeiramente perplexa. Ele

dava recitais em teatros e qualquer pessoa podia jogar um mote, que ele saberia glosar com uma perfeição sem limites.

Além disso, era uma figura belíssima, de verdadeiro galã de cinema, tanto que foi cogitado para representar o papel de Castro Alves, em um filme brasileiro que iria ser feito. O Rogaciano era, realmente, um verdadeiro galã. Lá, no Amazonas, ele se apaixonou por uma moça e até hoje, apesar de ser casada tem, em torno dela, aquela fama de ter sido a grande musa de Rogaciano Leite nas áreas do Amazonas.

Agora, vem o Jansen Filho. O Jansen Filho era chamado, inclusive, para realizar reuniões políticas, de ministérios, porque ele, com aquela capacidade de improvisação que tinha, dava um toque de verdadeira alegria e iluminava qualquer recinto onde estivesse.

Há algum tempo, numa noite, eu já estava deitado quando tocou o telefone. Era o Jansen Filho. Pedia-me encarecidamente para fazer o prefácio de um livro que ele havia escrito sobre o neto que mora nos Estados Unidos. O neto dele é o Felipe, filho de um rapaz americano Roberto Dunin, casado com a Terezinha Santos Jansen, filha do Jansen Filho. Fiz esse prefácio e o mandei para os Estados Unidos, e ele foi publicado num trabalho que circula e circulou bastante no Estado da Flórida, onde reside o distinto casal.

O Jansen Filho morou muitos anos em Brasília, onde era uma figura muito popular. Trabalhava no Ministério da Educação e Cultura e sua presença era um motivo de alegria, em qualquer lugar onde se apresentasse.

Era casado com a Sr^a Maria Francisca dos Santos; tinha um filho, Paulo Antonio Santos Jansen, e uma filha, Dona Terezinha Santos Jansen Dunin, casada com o Sr. Roberto Dunin.

Felipe, seu neto, era o encanto do coração de Jansen, que ficava alucinado com aquele menino. Maria Antonia, sua neta, era outra pedra cintilante, sempre a brilhar no coração de Jansen Filho.

No campo cultural, ele nos deixa uma obra alentada; ao todo, são 24 obras de sua autoria. Seu último trabalho foi *Uma Vida Vivida em Poesia*, que é a reunião de todos os seus livros, impressa pelo Centro Gráfico do Senado Federal.

Existem poetas que são apenas poetas. Poderia citar os nomes de Luís Franco de Sá Bacelar, de Euríclides Formiga, do nosso Rogaciano Leite, de Jansen Filho, e até de Ronaldo Cunha Lima, que é o último dos improvisadores brasileiros. Antigamente, havia Laurindo Rabelo, chamado de "o poeta lagartixa", que também improvisava muito bem. Mas não eram improvisadores no estilo dos cantadores sertanejos, pois estes não têm a erudição que eles tinham. Homens cultos, formados, de grande capacidade jurídica e outras especialidades, eles impressionavam pela beleza daquilo que criavam.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Ex^a uma outra intervenção?

O SR. AUREO MELLO – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides – Senador Aureo Mello, digo mais a V. Ex^a: Rogaciano Leite, mencionado por mim há pouco no aparte que ofereci ao discurso de V. Ex^a, declamando "O Navio Negreiro", de Castro Alves, embevecia e eletrizava qualquer platéia. Recordo que, há alguns anos, no Teatro José de Alencar, ele foi aplaudido em pé durante uns dez minutos, tendo sido compelido a novamente declinar o poema de Castro Alves, fazendo com que a platéia delirasse de entusiasmo e vibração por aquela manifestação poética de extraordinária significação.

O SR. AUREO MELLO – V. Ex^a tem razão. Rogaciano, tal como Jansen e Formiga, eram seres sobrenaturais; sentíamos o toque elétrico da genialidade naquelas figuras extraordinárias.

Especialmente nos últimos tempos, os grandes jornais e as grandes revistas do Brasil, à exceção da revista *Caras* – na minha opinião, atualmente a revista mais nobre deste País, porque publica poesias, fatos glotológicos e filológicos –, não mais divulgam a poesia.

A poesia de Rogaciano Leite, de Jansen Filho, de Euríclides Formiga, de Laurindo Rabelo, "o poeta lagartixa", do próprio Ronaldo Cunha Lima – quando não está atirando nos seus antagonistas – é realmente uma coisa sobrenatural, extraordinária.

Os jornais e as emissoras de rádio e de televisão deste País deveriam fomentar mais essa arte lindíssima, que é a poesia. A poesia é semelhante a uma sonda atirada no meio do mar, que atinge precisamente o íntimo da alma de cada pessoa. É uma arte que vem sendo desprezada, tendo sido contorcida e altamente prejudicada desde o chamado Movimento de 1922, que pretendia a liberdade poética, mas que acabou resultando numa libertinagem, a qual impede que se cultive a poesia verdadeira.

Não vou falar em outros nomes da grande arte que é a poesia. Basta lembrar Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, quando, num dos seus artículos, escrevia sobre a Pátria:

Latejo em ti, no teu lenho, por onde círculo
e sou perfume, e sombra, e sol e orvalho
e em seiva o teu clamor a minha voz responde
e subo do teu cerne ao céu, de galho em galho.

Aqui, no Senado Federal, o lugar adequado para se relembrar a memória de Miguel Jansen Filho, fica a recordação. Que a sua alma privilegiada encontre, nos espaços infinitos, a justificativa e a origem de toda aquela beleza e de todo aquele esplendor, tão cultuados em todos os momentos.

A Jansen Filho, toda a ternura, a devoção, a admiração, a estima. Ajoelhado espiritualmente, preste-lhe, aqui, diante desta augusta Casa de homens que legislam, a minha pálida e modesta homenagem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência associa-se à homenagem póstuma que acaba de ser prestada pelo nobre Senador Aureo Mello à memória do ilustre poeta paraibano e brasileiro Jansen Filho, sem dúvida, um dos nomes tutelares da literatura brasileira. A obra que deixou atesta o seu valor, o seu talento, a sua competência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, não pensava em fazer hoje uso da palavra, pois, pelo menos para mim, é um dia mais apropriado à meditação do que ao discurso.

Na Bahia, temos hoje uma preocupação que está competindo até com a Copa do Mundo, que é o problema ligado ao rio São Francisco. É um tanto desagradável dar a impressão de que a Bahia não quer que as águas do São Francisco sejam levadas a outros Estados da Região, que também necessitam de água para o seu desenvolvimento. É o desenvolvimento integrado do Nordeste que deve ser buscado, com todos aqueles Municípios do interior norte-destino podendo captar água, venha de onde vier. Para um projeto dessa magnitude, desejamos que seja realizado um estudo bem aprofundado, de ordem exclusivamente técnica, que atente sobre o sentido da possibilidade de execução dessa obra.

Já existem alguns estudos que demonstram que a vazão do São Francisco diminuiu muito nos últimos anos em razão do assoreamento do rio. Entretanto, é necessário que haja um maior volume de água no rio em virtude das hidroelétricas, construídas na Bacia do São Francisco, e de projetos de irrigação nas áreas ribeirinhas, que não puderam ser atendidas já que estudos comprova-

ram que, em sendo feita a irrigação dessas áreas, faltaria água para movimentar as turbinas das hidroelétricas que levam energia para o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos que fazer também um estudo de prevenção e saber o que essa obra representará para o meio ambiente. Além disso, existem outros pontos que considero da maior importância: quais terras serão irrigadas e a quem pertencem? Serão terras de latifundiários que terão suas propriedades valorizadas com essa obra? Será que houve uma preocupação no sentido de desapropriar essas terras a fim de não levar benefícios a indivíduos que têm terras e não produzem? Será que esses estudos levaram em conta o período eleitoral e que tal obra não tem recursos orçamentários previstos?

Sr. Presidente, não desejamos que haja prejuízo para nenhum Estado, mas também não queremos que se desvie do objetivo aquilo que se propõe e que pode ser feito pelo rio São Francisco, nem que tenhamos que desligar turbinas por falta de água, por não ter havido esse estudo preventivo. Essa obra, inicialmente, vai consumir mais de 2 bilhões de dólares e ainda não tem um estudo bem realizado e complementado.

Por que abrir as licitações antes de esses estudos serem executados, antes de uma discussão da sociedade científica e dos técnicos da região, que já deram parecer contrário a essas obras? O próprio Ministro da Fazenda também não tem uma opinião favorável ao início da execução dessas obras no momento. Por que não levamos em consideração todos esses estudos e todas essas manifestações? Contudo, preocupamo-nos em ver que se busca dar início, para transformar em um fato consumado, aquilo que não deveria ser feito dessa maneira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou mais uma voz baiana em defesa não exclusivamente da Bahia, mas do Nordeste; mais uma voz baiana que pensa no Brasil e não quer que haja mais um racionamento de energia, como tivemos há poucos anos. Essa obra gera um nível de risco muito grande: o de faltar energia, como ocorreu na década de 70. Se isto ocorrer, em pouco tempo o Nordeste estará sem recursos para o seu trabalho de energização.

Por isso, Sr. Presidente, neste dia de hoje – em que estamos com a atenção voltada para uma decisão da maior importância, uma das mais graves decisões que já tive que tomar em minha vida –, enquanto aguardamos que haja **quorum**, faço um apelo ao Ministro Aluízio Alves e ao Senhor Presidente da República no sentido de que pensem bem na oportunidade da execução dessa obra, que é de grande importância, para que seja decidido acertadamente quanto à água que deve ser levada a fim de tornar essa obra uma realidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência faz um apelo aos Srs. Senadores que continuam em seus gabinetes e em outros setores do Senado para que venham a este plenário, a fim de apreciarmos a matéria da Ordem do Dia que diz respeito ao julgamento do Senador Ronaldo Aragão e cuja decisão dependerá de **quorum** qualificado.

Há, na Casa, mais de 60 Srs. Senadores. Entretanto, no plenário, há cerca de 30 Srs. Senadores apenas. Solicito, portanto, aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há aproximadamente 10 dias, tive oportunidade de participar, através de gravação, do programa **A Voz do Brasil**, e falar sobre esse tema atual que tem provocado algumas divergências. Refiro-me à transposição das águas do São Francisco em favor de áreas de outros Estados do Nordeste.

Há poucos momentos ouvi o discurso do nobre Senador Juhah Magalhães que também teve oportunidade de tratar desse tema.

Sr. Presidente, acabo de receber uma carta do Sr. José Parente Martins, residente à Rua Heloísa Alberto Torres, no Rio de Janeiro. S. S^a informa que correspondência idêntica havia sido enviada por ele aos jornais de Teresina, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Permito-me ler todo o texto, que não é longo. Diz S. S^a:

Não entendo bem do assunto, mas sempre ouvi dizer que a Barragem de Sobradinho, na Bahia, está há poucos quilômetros do leito do rio Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato, podendo alcançá-lo até por gravidade, sem necessidade de elevatória, bastando, para tanto, construir-se um canal de irrigação.

Agora, vejo, revoltado, nos jornais, que o traçado do Projeto de transposição das águas do São Francisco, apesar de passar nos limites do meu Estado com a Bahia, é injustamente excluído.

Entrando pelo Piauí, essas águas iriam beneficiar uma grande área carente, onde, além de escassa, a água é "salobra", como se diz por lá, e beneficiaria também, no final do curso, o Estado do Ceará.

Será que os Congressistas e os técnicos do Governo não têm visão nacional? Só pensam no corporativismo estreito e nos interesses regionais?

E onde estão os políticos e o Governo do Piauí que se calam neste instante, quando todos os demais Estados "puxam brasa para seu espeto"?

Atenciosamente,

José Parente Martins.

Rua Heloísa Alberto Torres, 306/CEP 22631-310

Rio de Janeiro.

Tel. (021) 325-3808 – Fax 325-1735

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a atenção do ilustre missivista por ter-se dirigido, também, a minha pessoa, mas quero esclarecer a S. S^a que, como disse no início deste discurso, através de **A Voz do Brasil** fiz um apelo. Essa questão é duplamente técnica. Exige estudos sobre a viabilidade do projeto nos dias de hoje, já que sabemos que há quase cem anos se fala na transposição dessas águas.

Além do aspecto de engenharia, há outras considerações de ordem técnica. Qual o montante necessário à execução do projeto? Esta é a hora mais oportuna para ter início obra de tão expressivo vulto? Que a idéia é aceita em princípio, não há negar. Desde que seja possível executar-se o projeto sem atingir o próprio São Francisco e as áreas já favorecidas; desde que existam, no momento, recursos técnicos e financeiros necessários ao início e até à conclusão da obra; desde que a obra seja oportuna.

Sem dúvida, todos nós aprovaríamos o projeto, mesmo porque o combate aos efeitos das secas tem mobilizado a todos, o flagelo periódico precisa ser realmente atacado cientificamente, dentro de uma visão de justiça social, porque não queremos obras de vulto no Nordeste para beneficiarem meia-dúzia de proprietários. Queremos obras que realmente atendam aos interesses, sobretudo das populações periodicamente flageladas.

Há mais, Sr. Presidente! Realizou-se aqui, sob o patrocínio do **Correio Braziliense**, um encontro para que essa matéria fosse debatida. Tinha compromissos com a Presidência do Senado, inclusive para presidir importante sessão, e não pude comparecer, mas antes me avistei com S. Ex^a o ilustre Deputado B. Sá, que também honra, como os demais Deputados e Senadores, a representação do Piauí no Congresso Nacional. Disse-lhe que não poderia estar presente àquele encontro. Perguntei se o Deputado não

poderia ir. S. Ex^a disse-me que compareceria. E, então, até solicitei que falasse também em meu nome.

Se rios do Piauí ficam, aproximadamente, a 25km do São Francisco, essa proximidade exige um tratamento justo.

O projeto, como foi mencionado, como foi divulgado, projeto ou anteprojeto, inclui o Piauí na segunda etapa. Ora, Sr. Presidente, se as águas do Piauí e do Canindé ficam a 25km e os gastos necessários são de reduzida monta, não se explica que o Piauí, que, lamentavelmente, ainda é o Estado mais pobre do Nordeste, venha a ser beneficiado só numa segunda etapa.

Recordo-me ainda, Sr. Presidente, que quando o ilustre Senador Mauro Benevides se inscreveu para falar numa das sessões do Senado – quero crer que ainda neste mês –, comunicou-me – eu estava presidindo os trabalhos – que iria tratar desse tema. Eu fiz ver a S. Ex^a que os piauienses, caso o projeto fosse aprovado, caso as obras fossem realizadas, não aceitariam que só numa segunda etapa áreas secas do Piauí viessem a ser beneficiadas. E S. Ex^a fez referência a essa insatisfação em seu discurso, esperando que também o Piauí viesse a ser incluído, e não falou em segunda etapa.

De modo que quero dizer a esse ilustre coestaduano, ao Sr. José Parente Martins, que nós, piauienses, estamos atentos. Basta de injustiças e de discriminações neste País. Se as discriminações são condenáveis quando se trata do Brasil rico em comparação com o Brasil pobre, elas são ainda mais recusadas e combatidas quando se trata de discriminação dentro do próprio Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente, encerro aqui essas considerações. Repito, trata-se de assunto de natureza técnica. Na área da engenharia, transposição das águas, e, na área econômico-financeira, dos dispêndios.

Se ela for viável; se for considerada esta a hora oportuna, então, Sr. Presidente, que o meu Estado, o Piauí, seja incluído na primeira etapa, pois, estando seus rios a 25Km, essas áreas secas do Piauí seriam as primeiras a ser beneficiadas.

Aqui, quero secundar as considerações do nobre Senador Jutahy Magalhães. E se recursos públicos forem aplicados nessa e em outras obras no Nordeste, sobretudo para favorecer áreas secas, é preciso saber se essas áreas estão incrustadas em grandes propriedades, em latifúndios, porque o latifúndio, Sr. Presidente, é hoje um dos maiores inimigos do progresso do Nordeste e não pode continuar a merecer o tratamento que vem recebendo de governos desde o Império até os dias de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, como Líder, por 5 minutos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei a palavra para comentar rapidamente a decisão do Tribunal de Contas da União, cujo relatório é da lavra do eminentíssimo Ministro Luciano Brandão, sobre a análise das contas do Governo. S. Ex^a constatou que o ensino básico no Brasil está abandonado e que 2/3 dos recursos da educação são destinados aos cursos superiores.

Esse relatório, aprovado pelo Tribunal, tem um outro mérito. Há cerca de 15 dias o Ministro Luciano Brandão, ao analisar as contas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, detectou, também, algumas anomalias que, de certo modo, permitem que recursos públicos sejam direcionados para setores do empresariado nacional, que já estão saturados e que, inclusive, já exauriram sua capacidade de produção.

O parecer de S. Ex^a "detectou que 2/3 dos recursos públicos destinados ao setor educacional são gastos com as universidades, onde estão os alunos mais ricos do País".

Nesse relatório, o referido Ministro diz que a camada mais pobre da população brasileira vem sendo preterida na destinação das verbas da área de Educação.

E diz ainda S. Ex^a:

Nas universidades, que recebem a maior parte dos recursos, pelo menos 50% dos estudantes têm renda familiar superior a 30 salários mínimos. As escolas de 1º Grau atendem 11 milhões de crianças, cuja renda familiar está entre 1/4 de salário e um salário mínimo.

O documento do TCU – recém-aprovado – mostra ainda que 72% dos universitários brasileiros possuem casa própria e 47% têm automóvel."

Descrevendo um quadro que mais se assemelha ao de um país de Primeiro Mundo, o relatório do Tribunal cita que o Brasil gasta 8.804 dólares por ano com cada aluno universitário. A Alemanha gasta 5.900 dólares. A Inglaterra, 5.100 dólares, e o Canadá, 3.975 – ao contrário do Brasil que, sendo um país de Terceiro Mundo, gasta praticamente o dobro.

Diz mais o Ministro Luciano Brandão:

A universidade pública brasileira tem ainda um professor para cada 6,45 alunos, enquanto na universidade particular essa relação é de 15 alunos para cada professor. Nos Estados Unidos, a proporção é de 13 alunos por professor e, na França, de 23 estudantes por cada professor.

Afirma o Ministro Luciano Brandão, *ipsis litteris*:

O Brasil não deveria privilegiar as camadas mais abastadas com cerca de 3% do PIB, gastos em educação, com risco de condenar, mais uma vez, toda a nova geração de crianças além do próprio País.

Nesse relatório, o Ministro denunciou ademais, o descumprimento do dispositivo constitucional que determina a aplicação de, no mínimo, 50% das verbas da educação no ensino básico. Segundo o levantamento do TCU, esse privilégio não ocorreu sómente na dotação orçamentária de 1993. Em 91, o ensino superior ficou com 61,1% das verbas repassadas para o setor educacional, enquanto – pasmem, Sr. Presidente, Srs. Senadores –, o ensino fundamental ficou com apenas 1,1%. Em 92, as universidades públicas absorveram 53,2% do orçamento da Educação, e o ensino fundamental, 1,7%. No ano passado, somente 0,8% foram gastos com ensino básico e 56%, com o ensino superior!

Ao analisar as contas do Governo, o Tribunal de Contas da União verificou que esse fato é antigo. O Senador João Calmon que, neste momento, acaba de chegar a este plenário e que é o "campeão" dessa luta no Congresso Nacional, pelo fortalecimento do ensino público e, particularmente, pela melhoria do ensino fundamental, já vem, há muito tempo, denunciando essas deformações que, ao contrário de serem corrigidas, são, cada vez mais, consolidadas na execução orçamentária da União.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES – Ouço V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Senador Odacir Soares, eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, feita implicitamente em seu discurso. Se essas distorções vêm ocorrendo ao longo do tempo, não se pode imputar ao atual Ministro Murilo Hingel qualquer responsabilidade na destinação desses recursos. Posso oferecer a V. Ex^a meu testemunho quanto à atuação clarividente, quanto ao descritivo e, sobretudo, quanto à preocupação do Ministro em atender também ao ensino fundamental. V. Ex^a sabe, se vamos destinar recursos como merecem as universidades, não podemos, de forma alguma, deixar de garantir ao ensino fundamental essa

alocação indispensável de dotações que garantam o atendimento de milhões de crianças em todo o País. O Senador João Calmon tem sido, como ressaltou V. Ex^a, o maior arauto, o mais destemido propugnador de todas essas destinações de recursos para rubricas apropriadas no Orçamento da União, no caso específico, do ensino do 1º Grau. V. Ex^a fique certo de que, quando se votou o orçamento, ainda no Governo do Presidente Fernando Collor e quando era Ministro da Educação o ex-Senador Carlos Chiarelli, defrontamo-nos com medidas provisórias seguidamente reeditadas, até que encontrássemos, com a assessoria de alto nível do Senador João Calmon, uma saída para aquele impasse, instituindo a destinação dos recursos do salário educação para o Primeiro Grau e para a pré-escola, o que foi realmente admitido pelo Poder Executivo e valeu como uma alternativa, encontrada naquela ocasião por parte do Congresso Nacional, para impedir que se caracterizassem outras distorções na distribuição das verbas da estrutura educacional brasileira. Portanto, faço a ressalva de que, em relação ao meu companheiro de Partido, o Ministro Murílio Hingel, sempre houve a preocupação de superar essas distorções que estão apontadas devidamente no relatório do Ministro Luciano Brandão.

O SR. ODACIR SOARES – V. Ex^a tem razão e fez questão de deixar claro que, em nenhum momento, tive a ideia de fazer qualquer observação em relação ao comportamento do Ministro Murílio Hingel na condução dos negócios relativos à Educação.

Essa é uma questão antiga. E o Governo atual, assim como os anteriores, notadamente, sempre tiveram dificuldade em resolvê-la porque, a cada dia que passa, a universidade pública vem adquirindo um perfil maior. Ao invés de ser objeto de uma política que a interprete, de uma grande reflexão que precisa ser feita na sociedade brasileira, ela vem, por força das próprias deturpações que estão na sua essência, provocando ampliação dessa deformação. Nem o Ministro Murílio Hingel nem os demais são responsáveis por isso. Em decorrência das normas introduzidas na chamada "gestão participativa", que determinou que os reitores das universidades fossem eleitos, o corpo de funcionários e de professores, ao invés de ficarem no parâmetro internacional, ambos cresceram.

O que temos hoje, por exemplo, ao contrário do que acontece nos países do Primeiro Mundo, é que, enquanto o Brasil gasta 8.800 dólares por ano com cada aluno universitário, a Alemanha gasta apenas 5.900 dólares; a Inglaterra, 5.100 dólares; o Canadá, 3.975 dólares. Enquanto o Brasil tem um professor para cada seis alunos, na universidade particular essa relação é de 15 alunos para cada professor. Nos Estados Unidos a proporção é de três alunos por professor e na França, de 23 alunos para cada professor. Enquanto isso, tanto o servidor público quanto o professor brasileiro da universidade são pessimamente remunerados.

Entendo que essa observação do Tribunal de Contas é importante, na medida em que proporciona ao Brasil a oportunidade da reflexão sobre o ensino público, notadamente, sobre o ensino público universitário, como já o fez várias vezes o Senador João Calmon.

Antes de conceder aparte ao Senador João Calmon, alerto para algumas afirmações que S. Ex^a fez quanto a essa matéria em diversas ocasiões anteriores. O Senador João Calmon é o grande paladino da educação brasileira há muito tempo, e não apenas a partir da Constituição de 1988.

Desde então, o Governo Federal não vem cumprindo o art. 60 das Disposições Transitórias, segundo o próprio Senador João Calmon já denunciou, que determina que a metade dos 18% da arrecadação destinados à educação, ou seja, 9%, sejam investidos na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental, e diz mais:

O Tribunal de Contas da União tem denunciado, todos os anos, que dos recursos destinados à Educação apenas são aplicados entre 4 e 4,2% dos recursos destinados à educação na universalização do ensino e na erradicação do analfabetismo.

Diz S. Ex^a mais o seguinte:

"É dramático observar que, no nosso País, a Carta Magna é violada." Autor da emenda que levou o seu nome, Calmon, que originou o art. 212 da Constituição de 1988, pelo qual 18% da arrecadação do Governo têm que ser destinados à educação. O Senador Calmon vem alertando há vários anos que existe um superdimensionamento do ensino superior no Brasil.

É o que ele vinha dizendo, ao comentar o aparte do Senador Mauro Benevides.

Na realidade, esse alerta do Tribunal de Contas, que não é feito pela primeira vez e que repete denúncia do Senador João Calmon, deve levar o Brasil a uma reflexão sobre o ensino público – o fundamental, o médio e o superior – porque temos aqui números irrespondíveis que indicam estar a União, contrariando dispositivo da Constituição, quando ao invés de investir maciçamente no ensino fundamental, investe no ensino superior, para detrimento dos próprios interesses do Brasil.

Gostaria de pedir permissão a V. Ex^a, Sr. Presidente, para conceder aparte ao Senador João Calmon, que em suma, termina sendo o grande responsável por essas discussões que o Brasil vem fazendo e por essa decisão do Tribunal de Contas da União.

O Sr. João Calmon – Nobre Senador Odacir Soares, esse debate que se está travando sobre um tema de tão transcendental importância omite o nome do autor do art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição vigente. Trata-se do Deputado pernambucano, filiado ao PFL de Marco Maciel, Osvaldo Coelho. Foi ele que apresentou, à parte, uma emenda das Disposições Transitórias da Constituição, vinculando a metade dos recursos públicos para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Mas, nobre Senador Odacir Soares, o Deputado Osvaldo Coelho, cujo nome geralmente não é citado – não por má-fé, mas por falta de informação – tentou forçar o cumprimento desse dispositivo constitucional. Com o prestígio e a colaboração da Associação Nacional de Secretários da Educação de todo o Brasil foi apresentado um recurso ao Procurador-Geral da República pedindo a proclamação, o reconhecimento da inconstitucionalidade do Orçamento.

O Dr. Aristides Junqueira rapidamente deu provimento ao recurso e fez subir os autos à consideração do Supremo Tribunal Federal. Lá, esse recurso foi colocado em cima de uma montanha de outros recursos que haviam dado entrada anteriormente. Quando chegou a vez, um ano depois, de ser examinado esse recurso do Deputado Osvaldo Coelho, o Ministro Relator exarou o seguinte despacho: "Como já decorreu o ano a que se refere esta representação, arquive-se". Por esse motivo, até hoje, em vez dos 9% da receita de impostos federais à educação, metade dos 18% destinados – conforme o Tribunal de Contas denuncia, não este ano, mas nos últimos 4 anos – estão sendo aplicados apenas 4,2%.

É uma situação extremamente grave, que infelizmente não está só. O Ministro da Educação, a quem V. Ex^a elogiou de maneira tão adequada e justa, proclamou, em entrevista publicada no Jornal do Brasil e em O Estado de S. Paulo, que a educação brasileira está falida e tende a piorar ainda mais. Entretanto, nobre Senador Odacir Soares, o Governo, de que participa o magnífico Ministro Murílio de Avelar Hingel, enviou para o Congresso Nacional um projeto de fundo social de emergência que reduz os percentuais à educação, nos próximos dois anos, de 18% da receita de

impostos Federais para 14,3%, o que representa um corte de mais de 4 bilhões de dólares.

Não dá para entender essa falta de coordenação do Governo. O Ministro da Educação declara falida a educação; enquanto isso, o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, então ocupado pelo nosso brilhante colega Fernando Henrique Cardoso, propõe uma redução desses percentuais. Agora mesmo, Senador Odacir Soares, telefonei ao repórter Francisco Gonçalves, do *Jornal do Brasil*, que publicou essa objetiva reportagem em manchete, fornecendo um dado adicional: com a colaboração de um colega meu da Câmara dos Deputados, José Abrão, foi apresentada uma emenda, também com o meu apoio, transferindo a responsabilidade do pagamento das aposentadorias e pensões para a área do Ministério da Fazenda. Infelizmente essa aprovação ainda é final porque terá que ser submetida à apreciação do Congresso Nacional e depois à apreciação do Presidente Itamar Franco, que tem o direito de vetar esse novo dispositivo. Mas tenho a esperança – para não dizer que tenho a certeza – de que o Presidente Itamar Franco não vetará esse dispositivo porque Sua Excelência foi um dos Parlamentares com mais entusiasmo pela aprovação dessa emenda de minha autoria e estimulou-me muito a reapresentá-la.

Presto, assim, uma dupla homenagem: ao Ministro da Educação e ao Presidente Itamar Franco, que não há de decepcionar os anseios da Nação, que precisa dar a máxima prioridade à educação, o que até hoje ainda não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço a V. Ex^a que conclua, porque vamos passar à Ordem do Dia.

O SR. ODACIR SOARES – Já vou concluir, Sr. Presidente.

V. Ex^a tem razão. A solução para essa questão é simples: parte dos recursos da educação – inclusive essa é uma denúncia já feita por V. Ex^a – atualmente, é utilizada no pagamento de aposentados e pensionistas.

O Sr. João Calmon – Quase 50%

O SR. ODACIR SOARES – Quase 50%. Devemos admitir que ou o Governo aumenta os recursos destinados ao setor, ou retira das despesas do setor aposentados e pensionistas e os insere nas despesas da União. Além do mais, temos o Regime Jurídico Único que prevê, inclusive, um fundo próprio para os servidores públicos, o que até hoje, lamentavelmente, ainda não foi implantado.

Entendo que essa questão dos recursos da educação passa por uma solução simples: ou o Governo amplia a oferta de recursos, ou a mantém, tirando das despesas de educação os aposentados e pensionistas.

O Sr. Marco Maciel – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ODACIR SOARES – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marco Maciel – Serei muito breve em minha intervenção. Desejo apenas exaltar o trabalho desenvolvido pelo Ministro Luciano Brandão Alves de Souza na apreciação da matéria. Eu o repto um dos mais competentes homens públicos do País.

Atualmente, S. Ex^a atua no Tribunal de Contas da União tendo sido, inclusive, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados. Aliás sua competência profissional de engenheiro a uma enorme e sempre reconhecida sensibilidade política. É estudioso, aplica-se com muita profundidade no estudo das questões que lhe são submetidas e produz peças, como essa que V. Ex^a agora está analisando, que demonstra não somente uma análise bem feita do tema, como também um exame minucioso dos pontos vulneráveis do relatório. E fere uma questão básica, para mim, que é a educação. Continuo entendendo que, enquanto não tivermos dado acesso a todos ao ensino, e, sobretudo, ao ensino fundamental, certamente,

não teremos no País cidadania e, consequentemente, não teremos uma verdadeira democracia.

O SR. ODACIR SOARES – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Para concluir, queria dizer a V. Ex^a que esse problema da educação se insere nas questões básicas que a sociedade brasileira precisa ver reformadas: a questão fiscal, a tributária e a previdenciária. E temos até, antecedendo a essas questões, Senador Marco Maciel, a questão da educação. É fundamental, essencial e urge que se dê uma solução imediata a esse problema.

Era isso que tinha dizer, concordando plenamente – e já o tinha feito – com as considerações que V. Ex^a faz acerca do trabalho, da seriedade e da diligência com que o Ministro Luciano Brandão se dedica às questões que o País deve enfrentar. Referime rapidamente, no começo do meu discurso, a um parecer que S. Ex^a exarou recentemente, ao apreciar as contas do BNDES, onde detectou vícios, como o desperdício de dinheiro público em usos indevidos, aplicados em setores que inclusive já estão saturados de tanto dinheiro público que já receberam.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu para fazer essas observações sobre questão tão básica para o País.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de passar a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, Líder do PFL, e, em seguida, passarmos à Ordem do Dia, a Presidência faz um apelo aos Srs. Senadores para que venham ao plenário e tomem assento em suas bancadas, pois, dentro de poucos instantes, daremos início à Ordem do Dia.

A Ordem do Dia trata do processo envolvendo o Senador Ronaldo Aragão, que será objeto de apreciação pelo Plenário do Senado Federal, tendo como Relator da Comissão Especial o Senador Dirceu Carneiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, e, em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desejo, nesta tarde, em breve intervenção, reportar-me a um evento transcorrido sexta-feira passada, no Recife, que gostaria de deixar consignado nos Anais desta Casa.

Refiro-me, Sr. Presidente, à entrega, pela viúva do ex-Governador Etelvino Lins de Albuquerque, de parte do acervo político do ilustre homem público à Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas e Estudos Sociais, a FUNDAJ, instituição que nasceu, como sabem V. Ex^a, Srs. Senadores, por iniciativa do escritor, sociólogo e antropólogo, Gilberto Freyre.

O Dr. Etelvino Lins de Albuquerque, que governou Pernambuco e foi um dos mais operosos e probos Governadores de Estado, destacou-se também no plano nacional, tendo inclusive exercido em mais de uma oportunidade mandatos federais, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado da República e, também, entre outras funções, foi Ministro do Tribunal de Contas da União. Ao falecer, deixou, como era de se supor, um rico acervo resultante de recortes de jornais, fotos, álbuns e cartas, recolhido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. O CPDOC deu-lhe o tratamento adequado, microfilmando a totalidade desse acervo e, depois, devolveu os originais à viúva, D. Djanira Falcão Lins de Albuquerque.

Esta, por sua vez, por meu intermédio, houve por bem fazer com que parte dos originais desse acervo fosse transferido para Pernambuco, terra onde nasceu o ex-Deputado e ex-Senador Etelvino Lins.

Na sexta-feira da semana passada, através de um termo assinado pela filha mais velha do Senador Etelvino Lins, foi entregue

o referido dossiê. O evento se constituiu numa solenidade muito simples e discreta, mas nem por isso deixou de ter uma significação muito especial. A ele compareceram pessoas extremamente expressivas da vida de Pernambuco, entre as quais gostaria de destacar alguns de seus familiares, como o Conselheiro Rui Lins de Albuquerque, do Tribunal de Contas do Estado, o Dr. Valdemar Lins de Albuquerque, irmão do falecido e ex-dirigente da Secretaria da Fazenda; o Dr. Clélio Lemos, ex-Deputado Federal e ex-Secretário da Fazenda, Engenheiro Eduardo Lins, sem contar jornalistas e dirigentes da Fundação Joaquim Nabuco, como o seu Presidente, Dr. Fernando de Mello Freyre, filho do escritor Gilberto Freyre, e que hoje dirige, de forma muito competente, os destinos dessa grande fundação de estudos e pesquisas sociais que é o Instituto Joaquim Nabuco, e o professor Manoel Correia e o escritor Frederico Pernambucano, também dirigentes da instituição, o Ministro Djaci Falcão, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, e o Advogado Syleneo Ribeiro.

O Sr. Mauro Benevides – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL – Ouço V. Ex^a com prazer, nobre Líder do PMDB nesta Casa.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Marco Maciel, a Fundação Joaquim Nabuco tem um prestígio inquestionável não apenas para Pernambuco, mas para o Nordeste como um todo e para o próprio País, com repercussão internacional, em razão das pesquisas que têm empreendido nos campos histórico, sociológico e no campo antropológico. Relembro para V. Ex^a que, quando exerci a Presidência do Banco do Nordeste e dentro de uma programação de estímulo às atividades de pesquisa cultural, aquinhoei a Fundação Joaquim Nabuco com uma dotação que, se não era expressiva, pelo menos representou, naquele instante, a minha sensibilidade e a do próprio BNB no apoio a uma instituição de prestígio consolidado. E, no momento em que V. Ex^a se reporta à entrega formal do acervo do saudoso Etevino Lins à Fundação Joaquim Nabuco eu realmente entendo, assim como V. Ex^a, que esse é um fato auspicioso, que não se circunscreve apenas a Pernambuco na sua grandiosidade cultural; também se espalha, expande-se pelo Nordeste. Daí por que nós do Ceará, que temos também um instituto de pesquisas sociológicas, históricas e antropológicas, sentimo-nos no dever de saudar esse fato. Temos absoluta certeza de que o Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando de Mello Freyre, haverá de continuar essa trajetória que significa uma projeção ainda maior para essa importante casa de cultura e de pesquisa.

O SR. MARCO MACIEL – Nobre Senador Mauro Benevides, ao tempo em que agradeço o aparte de V. Ex^a, desejaria registrar um ponto que me parece fundamental do aparte com que me honrou V. Ex^a

Refiro-me à preocupação que devemos ter em todo o País, inclusive no Nordeste, com a preservação da memória. Já houve quem dissesse que o futuro tem um coração antigo. Não podemos pensar em termos de futuro do País, enquanto não formos capazes de nos mirar no passado e de recolher as lições que os nossos antecessores nos legaram.

Certa feita, Alceu Amoroso Lima disse que o passado era aquilo que fica do que passou. E é a esse passado que me refiro: ao passado denso da nossa história, e não apenas da nossa história social, da nossa história cultural, mas, de modo especial, da nossa história política.

Ao doar esse acervo à Fundação Joaquim Nabuco, a família do ex-Governador Etevino Lins contribui para a preservação da nossa memória, para a preservação do nosso passado. No Brasil, não temos a cultura do passado, não temos a cultura da memória, não refletimos sobre os fatos que, de certo modo, representam a

nossa formação e que deveriam subsidiar, quem sabe, as nossas ações futuras.

Por isso, ao agradecer o aparte de V. Ex^a gostaria de acrescentar que estou tentando junto à Fundação Getúlio Vargas, que tem uma instituição modelar no plano de preservação da memória, principalmente da memória política, para que ceda parte de seu acervo, que foi microfilmado, ao Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco, de tal maneira que este instituto disponha das mesmas peças de que dispõe o CPDOC e, assim, possa haver em nosso Estado uma forma de melhor conhecer a vida e o percurso que cumpriu o Dr. Etevino Lins ao longo de sua atividade política.

Dr. Etevino Lins foi um político que se caracterizou por sua competência, mas que se notabilizou, também, pela seriedade e pela probidade com que se desincumbia das diferentes funções públicas. Dr. Etevino Lins, Senador, chegou a esta Casa muito jovem, a honrou e trouxe sua contribuição para o melhor conhecimento dos nossos problemas políticos.

Vale destacar que Dr. Etevino Lins chegou a ser candidato a presidente da República nas eleições de 1955; todavia, num gesto nobre, retirou sua candidatura em favor de um entendimento que somasse maior conjunto de forças partidárias.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que fizesse constar do meu pronunciamento o discurso que na solenidade referida foi proferido pela filha primogênita do Dr. Etevino Lins, a Dr^a Inah Lins de Albuquerque, que traçou, numa brevíssima fala, o perfil do ex-Governador, pessoa a quem me ligava por laços de amizade e de parentesco.

Sr. Presidente, gostaria também de solicitar a V. Ex^a que desse como lida a relação dos documentos que foram entregues à Fundação Joaquim Nabuco. O acervo devidamente microfilmado e no Arquivo Nacional se encontra na Fundação Getúlio Vargas. Esperamos que, brevemente, através de gestões e contatos que manterei com a Dr^a Celina Vargas do Amaral Peixoto, possamos obter o restante do acervo do ex-governador Etevino Lins.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL NO SEU PRONUNCIAMENTO:

- Última Hora. Recife = 1
- Última Hora. Rio de Janeiro = 5
- Última Hora. s. 1. = 1
- Vanguarda. Rio de Janeiro = 1
- Veja (revista) = 5 (recortes)
- Álbuns com recortes de jornais = 2
- 22 envelopes contendo 8.328 recortes de jornais correspondentes ao período:
 - nº 1 (1937 a 1953) = 329
 - nº 2 (1954 – jan./abr.) = 262
 - nº 3 (1954 – maio/dez.) = 410
 - nº 4 (1955 – jan./abr.) = 420
 - nº 5 (1955 – maio) = 355
 - nº 6 (1955 – jun.) = 319
 - nº 7 (1955 – jul. a dez. 1956) = 153
 - nº 8 (1957 a 1959) = 455
 - nº 9 (1960 a 1961) = 757
 - nº 10 (1962) = 514
 - nº 11 (1963 a 1970) = 215
 - nº 12 (1971) = 412
 - nº 13 (1972) = 345
 - nº 14 (1973) = 231
 - nº 15 (1974 – jan./abr.) = 435
 - nº 16 (1974 – maio/jun.) = 347

- nº 17 (1974 – jul.) = 358
- nº 18 (1974 – ago.) = 537
- nº 19 (1974 – set.) = 384
- nº 20 (1974 – out.) = 427
- nº 21 (1974 – nov.) = 397
- nº 22 (1974 – dez. a 1979) = 266
- Diário Oficial. Recife = 26
- Diário Oficial. Rio de Janeiro = 3
- Diário Oficial. s. 1. = 15
- Diário Popular. São Paulo = 5
- O Estado. Fortaleza = 1
- Estado de Minas. Belo Horizonte = 1
- O Estado de S. Paulo. São Paulo = 16
- Plan. s. 1. = 1
- Fatos & Fotos (revista) = 1
- Folha da Manhã. Recife = 24
- Folha da Manhã. São Paulo = 2
- Folha de S. Paulo. São Paulo = 3
- Fronteira. Recife = 1
- A Gazeta. São Paulo = 2
- Gazeta do Povo. Curitiba = 3
- O Globo. Rio de Janeiro = 37
- A Hora. São Paulo = 1
- Imprensa Popular. Rio de Janeiro = 1
- O Jornal. Rio de Janeiro = 14
- Jornal da Semana. Recife = 2
- Jornal de Brasília. Brasília = 7
- O Jornal de Minas. s. 1. = 1
- Jornal do Brasil. Rio de Janeiro = 75
- Jornal do Commercio. Recife = 43
- Jornal do Comércio. Rio de Janeiro = 2
- Jornal Pequeno. Recife = 9
- Luta Democrática. Rio de Janeiro = 2
- Manchete (revista) = 8 (recortes)
- Minas Gerais. Belo Horizonte = 1
- O Mundo. s. 1. = 1
- A Noite. Rio de Janeiro = 4
- A Notícia. Rio de Janeiro = 1
- O Povo. Fortaleza = 2
- Recortes sem o título do jornal = 271
- República. Lisboa. Portugal = 1
- O Semanário. s. 1. = 2
- A Tarde. Salvador = 1
- Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro = 58
- Última Hora. Porto Alegre = 1

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO

ETELVINO LINS:

- Caixa contendo 900 recortes de jornais colados em folhas de papel offício:
- Atualidade. s. 1. = 1
- Binômio. Jornal da Semana. Belo Horizonte = 1
- Careta. Recife = 1
- Clarim. Porto Alegre = 1
- O Combate. Rio de Janeiro = 1
- Correio Braziliense. Brasília = 4
- Correio da Manhã. Rio de Janeiro = 19
- Correio da Manhã. s. 1. = 1
- Correio do Ceará. s. 1. = 1
- Correio do Povo. Porto Alegre = 1
- Correio do Siriji. Vicência = 1
- Correio Paulistano. São Paulo = 1
- O Cruzeiro. Rio de Janeiro (revista) = 20
- Democracia. s. 1. = 1

- O Dia. Rio de Janeiro = 1
- O Diário. Belo Horizonte = 1
- Diário. Recife = 1
- Diário Carioca. Rio de Janeiro = 9
- Diário Comércio e Indústria. São Paulo = 1
- Diário da Assembléia. s. 1. = 2
- Diário da Justiça. Rio de Janeiro = 1
- Diário da Manhã. Recife = 5
- Diário da Manhã. s. 1. = 2
- Diário da Noite. Recife = 21
- Diário da Noite. Rio de Janeiro = 2
- Diário de Brasília. Brasília = 1
- Diário de Notícias. Porto Alegre = 1
- Diário de Notícias. Rio de Janeiro = 13
- Diário de Notícias. s. 1. = 2
- Diário de Pernambuco. Recife = 61
- Diário de São Paulo. São Paulo = 1
- Diário do Comércio. s. 1. = 1
- Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro = 58

TERMO DE DOAÇÃO Nº 12/94 – PROJU

Pelo presente Termo de Doação, a Sr^a Djanira Lins de Albuquerque, brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta cidade, neste ato representada pela Sr^a Inah Lins de Albuquerque Coimbra, delibera doar, como por efetivamente doado tem, à Fundação Joaquim Nabuco, o acervo que pertencia ao meu marido, Doutor Etevíno Lins de Albuquerque, constituído de recortes de jornais, devidamente discriminado em relação anexa, parte integrante do presente Termo.

A Fundação Joaquim Nabuco, entidade vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, inscrita no CGC-MF sob o nº 09.773.169/0001-59, sediada nesta cidade à Av. 17 de Agosto, 2187, Casa Forte, neste ato representada pelo seu Presidente, Doutor Fernando de Mello Freyre, declara aceitar o valioso acervo ora doado, destinando-o ao seu Centro de Documentação e de Estudo da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade/Coordenação de Documentos Textuais, do Instituto de Documentação.

A presente doação se faz em caráter irrevogável e irretratável, sendo transmitidos neste ato pela Doadora, que responde por si, seus herdeiros e sucessores, à Fundação Joaquim Nabuco, todo o direito, domínio, ação e posse sobre os bens objeto deste instrumento.

Do que, para constar, lavrou-se este Termo de Doação em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelas partes para que produzam os mesmos efeitos jurídicos.

Recife, de _____ de 1994. – **Inah Lins de Albuquerque Coimbra**, Representante da Doadora.

Fundação Joaquim Nabuco

Fernando de Mello Freyre, Presidente.

Testemunhas: seguem assinaturas.

Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Dr. Fernando de Mello Freyre.

Excelentíssimo Senador Marco Antônio Maciel, parentes e amigos:

A simplicidade material de todos da nossa família, testemunha em favor de meu pai.

Traço que, aliás, o mais ferrenho adversário político dele nunca negou – a probidade.

Nesta hora vivida pela Nação brasileira achei que esta deve-ria ser a minha primeira reflexão.

Tenho honra desta pobreza material tanto quanto da riqueza moral que dele recebi e soube respeitar.

Na atual realidade mundial, especialmente no momento vivenciado por nós, brasileiros, testemunhamos perecer por toda a parte as divergências ideológicas e nascer do essencial do povo brasileiro, novas e decisivas categorias: probos e ímparobos, pensamento este presente nos sermões do grande Vieira.

Penso – sem nunca ter sido udenista – que a honradez há de servir de vértice do futuro mundo, inclusive, os probos, sejam eles ricos ou pobres, o que me faz lembrar o slogan predominante da vida pública de Eitelvino Lins, quando candidato da UDN à Presidência da República em 1955 – "Pobre e honesto como você".

Neste momento, como representante da família, cabe-me enfatizar que fica confiado à Fundação Joaquim Nabuco o arquivo que, com tanto amor e dedicação, Eitelvino Lins organizou ao longo de quase quarenta anos de sua honrada vida pública, com o pensamento sempre voltado para Pernambuco e o Brasil.

Agradeço de modo especial, o inestimável interesse do Senador Marco Antônio Maciel, aqui presente, sem o qual não teria sido possível a realização desta cerimônia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço aos Srs. Senadores que ainda não estão em plenário que venham a este recinto.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 58 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1994 (apresentado como conclusão do Parecer nº 161, de 1994, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno), que declara a perda do mandato do Senador Ronaldo Aragão.

A presente sessão destina-se à apreciação do Projeto de Resolução nº 53, de 1994, apresentado pelo Parecer nº 161 da Comissão Temporária, incumbida de relatar a representação da Mesa contra o Sr. Senador Ronaldo Aragão, admitida pelo Parecer nº 61 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário na sessão do dia 17 de março.

O Parecer nº 161, nos termos do art. 33, § 2º, do Regimento Interno, oferece o Projeto de Resolução nº 53, de 1994, que conclui pela perda do mandato do Sr. Senador Ronaldo Aragão por infração do art. 55, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 32, inciso II, da Lei Interna.

De acordo com o disposto no art. 197, inciso I, alínea c, do Regimento Interno, a matéria deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que venham ao Plenário.

O SR. DIRCEU CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Senador Dirceu Carneiro, peço a V. Ex* que aguarde as providências que estão em andamento para que possamos tratar do assunto para o qual a sessão foi convocada.

Solicito aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

(A sessão transforma-se em secreta às 16h58min e volta a ser pública às 17h48min)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária de amanhã, às 10h, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1994 (apresentado como conclusão do Parecer nº 161, de 1994, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno), que declara a perda do mandato do Senador Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)

ATA DA 44ª SESSÃO, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1994

(Publicada no DCN – Seção II, de 17 de maio de 1994)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 2321, 2ª coluna, imediatamente após a Comunicação da Presidência relativa ao encerramento, no dia 12 do corrente do prazo para apresentação de emendas, inclua-se por omissão a seguinte fala:

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Encerra-se hoje o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1993 (nº 1.898/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências";

e

– Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1993 (nº 2.398/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, prescrevendo sanção a ser aplicada em caso de descumprimento do disposto no caput do referido artigo.

Os Projetos não receberam emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Aureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	Vice-Líderes Odacir Soares	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amim Moisés Abrão
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon		

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
Cid S. de Carvalho
José Fogaca
Iram Saraiva
Nelson Carneiro
Antônio Mariz
Pedro Simon
Wilson Martins

RO-3111/12
CE-3058/59
RS-3077/78
GO-3134/35
RJ-3209/10
PB-4345/46
RS-3230/31
MS-3114/15

César Dias
Mansueto de Lavor
Garibaldi A. Filho
Gilberto Miranda
Marcio Lacerda
Aluizio Bezerra
Divaldo Surugay
Alfredo Campos

RR-3064/65
PE-3183/84
RN-4382/92
AM-3104/05
MT-3029/30
AC-3158/59
AL-3185/86
MG-3237/38

Márcio Lacerda
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odacir Soares
Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
PE-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Hydekel Freitas
Elcio Alvares
Guilherme Palmeira

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

Josaphat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio
Odacir Soares
Elcio Alvares

BA-3173/74
SE-3032/33
TO-4058/68
RO-3218/19
ES-3131/32

Hydekel Freitas
Marco Maciel
Henrique Almeida
Lourival Baptista
João Rocha

RJ-3082/83
PE-3197/98
SP-3191/92
SE-3027/28
TO-4071/72

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PSDB

Eva Blay
Jutahy Magalhães
Mário Covas

SP-3119/20
BA-3171/72
SP-3177/78

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Vago

PA-3145/46
AL-4093/94

Saldanha Derzi
Aureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PTB

Luiz Alberto
Carlos De'Carli

PR-4059/60
AM-3079/80

Affonso Camargo
Lourenberg N. Rocha

PR-3062/63
MT-3035/36

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDT

Magno Bacelar

MA-3073/74

Lavoisier Maia

RN-3239/40

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PRN

Aureo Mello

AM-3091/92

Ney Maranhão

PE-3101/02

Lucídio Portella

PI-3055/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PDC

Esperidião Amin

SC-4206/07

Gerson Camata

ES-3203/04

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Pedro Teixeira

DF-3127/28

João França

RR-3067/68

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

PP

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

PMDB

Amir Lando

RO-3111/12

Aluizio Bezerra

AC-3158/59

Ronan Tito

MG-3038/39/40

Maturo Benevides

CE-3194/95

Antônio Mariz

PB-4345/46

João Calmon

ES-3154/55

Garibaldi A. Filho

RN-4382/92

José Fogaca

RS-3077/78

César Dias

RR-3064/65

Onofre Quinlan

GO-3148/49

Ruy Bacelar

BA-3161/62

Flaviano Melo

AC-3493/94

Cid Sabóia de Carvalho

CE-3058/60

Pedro Simon

RS-3230/32

Ronaldo Aragão

RR-4052/53

Juvêncio Dias

PA-3050/4393

Divaldo Suruagy

AL-3180/85

Aluizio Bezerra

AC-3158/59

César Dias

RO-3064/65/66

Pedro Simon

RS-3230/32

Juvêncio Dias

MA-3050/4393

José Fogaca

RS-3077/78

Ronaldo Aragão

PE-3182/83/84

Divaldo Suruagy

AL-3185/86

Garibaldi A. Filho

RN-4382/92

Ronan Tito

MG-3038/39

Onofre Quinlan

AM-3209/10

João Calmon

ES-3154/56

Iram Saraiva

GO-3133/34

MA-4071/72

Josaphat Marinho

BA-3173/75

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

Suplentes

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
		PTB		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Magnó Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	Titulares			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Suplentes			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	PMDB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344				PFL			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Álvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46
Titulares				PSDB			
Suplentes				Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72
PMDB				PTB			
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63
PFL				PDT			
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PSDB				PRN			
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
PTB				PDC			
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDT				PDS			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
PRN				PP			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286							

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
Titulares	Suplentes			PDT			
	PMDB			Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magnu Bacelar	MA-3074/75
PMDB							
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59	Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46	PDC			
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30	PDS			
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11	PP			
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61	Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38	PT/PSB			
Iram Saraiwa	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PFL							
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99	Secretária: Mônica Aguiar Inocente			
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19	Ramais: 3496/3497			
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121			
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92				
PSDB							
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43				
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78				
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64				